

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÊDA

N.º 12/2010

--- Aos catorze dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal para proceder à reunião ordinária, estando presentes os seguintes membros: - Armando Luís Rodrigues Carneiro, Presidente da Câmara Municipal, Mário Luís Moreira Murça, Anselmo Antunes de Sousa, João Germano Mourato Leal Pinto e Jorge António Lima Saraiva, Vereadores e secretariada por António João do Nascimento. -----

Visto não existirem faltas o Senhor Presidente deu início à reunião com o **Período de Antes da Ordem do Dia**, em cumprimento do artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propondo ao Executivo que fossem aditados à ordem de trabalhos os seguintes assuntos: -----

1.º - Proposta de alteração ao Conselho de Administração da ADL, EEM;

2.º - 3.ª Alteração ao Orçamento Municipal no valor de € 52.400,00; -----

3.º - Que todos os assuntos desta reunião sejam aprovados em minuta. ----

Deliberado por unanimidade incluir na ordem do dia os assuntos propostos pelo Senhor Presidente. -----

- O Senhor Vereador do PPD/PSD, João Mourato apresentou os seguintes requerimentos. -----

1.º - *O parque Municipal de Mêda está a ser objecto de diversas obras de requalificação. Obras sem duvida necessárias, pelas quais me congratulo. -*

--- *Assim, pretendo saber se sendo aquela intervenção feita por administração directa: quais os prazos e meios técnicos, financeiros e*

humanos que estão adstritos à mesma? Seja-me possibilitada uma cópia do projecto e quais os apoios financeiros obtidos, ou no QREN ou outras medidas. -----

2.º - *Servir pessoas é fomentar injustiças. -----*

--- Em época de grave crise económica e financeira entenderam a maioria socialista da câmara, facultativamente, proceder de acordo com a recente legislação aplicável à administração pública aumentar os funcionários municipais, servindo-se da opção gestonária. -----

--- O aumento dos custos fixos com o pessoal é significativo e ultrapassa os 100 mil euros ano. -----

--- Os funcionários do agrupamento de escolas abrangidos pelo Contrato de Execução foram igualmente abrangidos. Quanto a esta matéria foi acordado com a DREC a actualização das verbas a transferir no âmbito do referido contrato? -----

--- Destes funcionários foi já determinada a mobilidade de alguns, o que acarreta necessariamente mais despesas previstas ou não nas transferências da DREC? -----

--- Pretendo, ainda, saber o seguinte: -----

- O ex-encarregado Alexandrino Fernandes foi despromovido e colocado como calceteiro, o que me parece de elementar injustiça. Pelo que solicito a razões porque foi determinada tal situação? -----

- A Engenheira Angela Amaral foi também despromovida e prejudicada em termos financeiros, pois não viu confirmada a sua reclassificação profissional. Pelo que solicito adequada informação sobre este assunto, nomeadamente, as motivações profissionais, políticas ou outras que estiveram na base dos referidos processos. -----

3.º - A estrada Municipal que liga a Gateira à Coriscada é a via que neste momento se encontra em piores condições, uma vez que o seu piso e respectiva plataforma se encontram em constante degradação. -----

--- A sua requalificação está prevista no orçamento de 2010 e existe projecto técnico. Assim pretendo saber se este executivo pensa lançar o respectivo concurso e quando? -----

4.º - A Divisão Sócio Cultural é uma estrutura fundamentalmente para o bom exercício e desempenho do Município, no âmbito da acção social, cultural, desporto, educação, CPCJ, etc... -----

--- Ultimamente noto alguma desaceleração (paralisação) desta estrutura, ao qual me parece por tentativa de alguma invasão de comportamentos. --

--- Assim requeiro que seja agendado em próxima reunião a actual situação da DSC, com menção das competências, hierarquias, meios e interligação com as empresas municipais. -----

O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador, João Mourato relativamente à 2.ª declaração, dizendo o seguinte: -----

--- Em conformidade com o despacho do Senhor Presidente de então e agora Vereador, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto, datado de 11 de Julho de 2006, sem número, o funcionário Alexandrino Marques Fernandes foi designado para exercer funções de Encarregado do pessoal Operário ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 149/2002, de 21 de Maio. -----

--- Com a entrada em vigor da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, tal diploma foi revogado. Assim e ao abrigo da nova lei, para que o funcionário pudesse continuara exercer as funções que vinha exercendo até 31 de Dezembro de 2008, deveria o mesmo ter sido colocado em Mobilidade Interna Inter-categorias. -----

--- Como tal situação não aconteceu o funcionário em questão encontrava-se numa situação ilegal, pelo que foi colocado na sua categoria de origem, Assistente Operacional. -----

--- Relativamente à funcionária Angela Amaral não foi despromovida uma vez que continua integrada na carreira Técnica Superior. -----

--- O Senhor Vereador, na altura Presidente da Câmara fez um despacho com vista a colocar a funcionária em mobilidade interna (Posição 3, nível 19). De acordo com o artigo 62 n.º 1 “ O trabalhador em mobilidade na categoria, em órgão ou serviço diferente, **pode** ser remunerado pela posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que se encontre posicionado na categoria, ou em caso de inexistência, pelo nível remuneratório que suceda ao correspondente à sua posição na tabela remuneratória única.” -----

--- Atendendo à data do acordo e à lei em vigor a funcionária deveria ter sido posicionada no nível 15 e não no 19 da carreira técnica superior. Em face desta mobilidade a única entidade prejudicada foi a autarquia, já que a funcionária deveria auferir € 1.201,48 e passou a auferir € 1.407,45. -----

----- O Senhor Vereador fala em Reclassificação Profissional, figura que a 01 de Janeiro de 2009 deixou de existir ao abrigo da Lei 12-A/2008. -----

--- Em conformidade com o artigo 64.º n.º 1 da Lei 12-A/2008, a mobilidade na categoria só pode ser consolidada pelo dirigente máximo do serviço, o que não foi o meu entendimento devido às várias irregularidades do processo. -----

----- ORDEM DO DIA -----

SECÇÃO DE NOTARIADO E EXECUÇÕES FISCAIS. -----

01– ACTA DA REUNIÃO DE 24 DE MARÇO DE 2010. -----

Presente para, aprovação, a acta da reunião realizada no dia 24 de Março de 2010, cuja leitura foi dispensada, em virtude da mesma ter sido distribuída, previamente, a todos os membros do Executivo. -----

Deliberado por unanimidade aprovar a acta. -----

TESOURARIA - BALANCETE. -----

02 – SITUAÇÃO FINANCEIRA. -----

Presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria, relativo ao dia 13 de Abril de 2010. -----

Presente à Reunião o balancete relativo ao dia 13 de Abril de 2010, o qual apresentava um saldo global no valor de *duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e seis euros e quarenta e dois cêntimos (€ 299.526,42)*, correspondendo a **Operações Orçamentais**, *dezanove mil, novecentos e noventa e um euros e cinquenta cêntimos (€ 19.991,50)* e a **Operações não Orçamentais**, *duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e quatro euros e noventa e dois cêntimos (€ 279.534,92)*. -----

O executivo tomou conhecimento. -----

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS. -----

03 – PRESENTES À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS DE LICENÇAS DE OBRAS PARTICULARES. -----

Processos Deferidos: -----

- **Laureano Sequeira Flora**-----Poço do Canto

Processo Nº 27/10 -----

ADMITIDA-----

- **Noite de Magis, Unipessoal Lda**-----Carvalhal

Processo Nº 35/10 -----

DEFERIDA-----

- **Ana Filipa Veiga André Rocha**-----Poço do Canto

Processo Nº 39/10 -----

DEFERIDA-----

- **Aires Augusto Ramos Neto**-----Prova

Processo Nº 36/10-----

DEFERIDA-----

- **Paulo Augusto Soto Moreira e outro**-----Paipenela

Processo Nº 21/10-----

DEFERIDA-----

- **Álvaro Jorge Ribeiro Ferraz**-----Meda

Processo Nº Informação 194/10-----

O executivo tomou conhecimento. -----

04 – PRESENTES À REUNIÃO, PARA APRECIÇÃO, OS SEGUINTE PEDIDO DE LICENÇAS DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA E PUBLICIDADES. -----

- **Maria Clara Brígida**-----Meda

Processo Nº3. -----

Deliberado por unanimidade deferir o pedido. -----

05 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA RATIFICAÇÃO, O SEGUINTE PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA. -----

- **Diamantino Filipe Lautenschlager**-----Longroiva

Processo S/Nº/DSU/2010 -----

DEFERIDA -----

Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente. ---

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS. -----

06 - ESTÁDIO MUNICIPAL DE MEDA – EDIFÍCIO DE APOIO. -----

Presente à reunião, para aprovação, Auto de Medição de Trabalhos – 1ª Situação de trabalhos normais no valor de € 32.580,00, da obra em epígrafe. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o auto de medição no valor de € 32.580,00 da obra em epígrafe e proceder ao seu pagamento ao empreiteiro *Construções João Carlos Ferreira, L^{da}*. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – CONTABILIDADE. -----

07 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2009. -----

Presente à reunião, para aprovação, a prestação de contas do ano económico de 2009, da empresa ADL – Águas de Longroiva – Exploração e Gestão Águas Termas, E.E.M. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o documento de prestação de contas relativas ao exercício económico de 2009 da empresa ADL, EEM. Com declaração de voto dos senhores Vereadores Mário Murça e João Mourato. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, João Mourato ditou para a acta o seguinte: -----

--- “ *Fica clara, a aposta feita nas Termas de Longroiva, pois os números apresentados evidenciam subidas a todos os níveis, cifrando-se a Empresa no ano de 2009, com um resultado líquido do exercício positivo de 14 203,81 Euros, bem como, assiste-se a um aumento do número de Aquistas e a um volume de negócios muito superior ao registado no ano de 2008.*

É com muito orgulho, que verifico neste relatório, as decisões do anterior Executivo, muitas vezes incompreendidas por parte da população, no que concerne à Gestão Empresarial do balneário, que hoje, permite receber cerca de 1151 Aquistas, número este, jamais alcançado na história do Balneário. -----

--- *Desde já, entendo que o actual Executivo deve continuar a ser ambicioso e faço votos que não se resigne a lutar pelo projecto já iniciado,*

de levar a bela Aldeia de Longroiva a um estatuto de Aldeia Termal. Neste sentido, reitero os meus agradecimentos a todos aqueles que comigo colaboraram na persecução dos objectivos definidos que nos permitem afirmar hoje de maneira clara, que Longroiva, é uma das “Pérolas” do concelho da Meda e uma referência na prestação de serviços termais.” ----

--- O Senhor Vereador do PS Mário Murça apresentou a seguinte declaração sobre a aprovação das contas. -----

--- Globalmente os proveitos aumentaram em relação ao ano anterior o que se deve a um aumento das prestações de serviços, a um aumento total dos proveitos operacionais mas na sua esmagadora razão ao aumento do subsídio à exploração, que no ano de 2009 teve um aumento substancial. -

Em relação aos custos aumentaram mais do que os proveitos, sendo que este aumento se deve quase inteiramente ao aumento dos custos operacionais. Destaco assim um aumento de cerca de 30%, Material de escritório 350 %, despesas de representação 117%, Deslocações e estadas 25%, Honorários 14%, refeições 147% e em publicidade e propaganda 814%. -----

--- Do ponto de vista da análise mais concreta no ano de 2009 existiu uma perda de eficiência na gestão, pois mesmo tendo existido um aumento do número de clientes, os custos globais aumentaram exponencialmente mais. -----

--- Conforme referido no ponto 8.1 do parecer do Fiscal Único “apesar de o resultado líquido do apresentado ser positivo, continuou a verificar-se a existência de “desequilíbrio” nas contas do exercício de 2009 nos termos em que o mesmo é definido no artigo 31.º da lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, na sua actual redacção, a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística em 2010 permitirá resolver o problema

passando a imputação a resultados dos subsídios ao investimento a ser qualificada em resultados operacionais”. -----

--- Apesar dos esforços do actual executivo, no sentido de se proceder à abertura do Novo Balneário o mesmo, ainda, não foi possível. Apesar da 1.ª empreitada, já ter sido recepcionada provisoriamente pela autarquia em Julho de 2007, ainda, não estão concluídos os trabalhos nas salas de ORL, zona de tratamentos e área técnica. -----

--- A empreitada de arranjos exteriores apesar de ter sido dada por concluída e recepcionada ainda está incompleta. -----

--- Relativamente à última empreitada, Aproveitamento Geotérmico, o prazo para conclusão dos trabalhos da mesma era de 60 dias a terminar em Dezembro de 2009. Em Abril de 2010 os trabalhos, ainda não se encontram finalizados e a previsão para a sua conclusão, é, segundo a empresa adjudicatária – Iberotermas - o final de Maio, acrescido, ainda, o período de verificações, arranque dos equipamentos e ensaios, de uma a duas semanas. Este atraso deve-se, segundo a empresa, a dificuldades de tesouraria, ou seja falta de liquidez para adquirir os equipamentos em falta. Estamos em crer que a avaliação da saúde financeira da empresa não foi devidamente feita aquando da adjudicação por Ajuste Directo. -----

--- A verdade é que o novo balneário não se encontra concluído e já foi inaugurado a 5 de Outubro de 2009, numa manobra de marketing político que apenas visou atirar areia para os olhos dos eleitores, onde nem sequer a água termal nunca chegou! -----

08 - AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL (AECT).
Presente à reunião, para aprovação, informação nº 61/2010 dos serviços de Contabilidade de 30 de Março de 2010 na qual visa convénio e estatutos do agrupamento europeu de cooperação territorial entre os

municípios da Beira Interior Norte e a Diputación Provincial da Província de Salamanca. -----

Deliberado por unanimidade aprovar documento e remete-lo à Assembleia Municipal. -----

09 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009. -----

Presente à reunião, para aprovação, a prestação de contas do ano económico de 2009, da empresa NovaMeda - Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, E.E.M. -----

Deliberado, unanimidade aprovar o documento de prestação de contas relativas ao exercício económico de 2009 da empresa NovaMeda, EEM.

Com declaração de voto do senhor Vereador João Mourato. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, João Mourato ditou para a acta a seguinte declaração: -----

--- *“ No que concerne ao Relatório de Gestão da Empresa Nova Meda é com muito prazer que constato uma redução na ordem dos 68% dos resultados líquidos do exercício, os quais apesar de se encontrarem negativos, torna-se um feito extraordinário de Gestão, pois numa empresa deste género, onde o Custo Social se encontra patente em todos os serviços que se prestam, atingir um resultado líquido negativo próximo dos 4 800,00 Euros, torna-se um valor irrisório, quando comparado, com o elevado volume de actividades, desenvolvidas em prol do Concelho, associado ao facto, de o Novo parque de Campismo ter passado no ano de 2009 para a gestão da empresa, situação que no ano zero apenas representa custos.* -----

--- *Desde já, entendo que estão lançadas as bases, para que a Nova Administração, atinja resultados positivos no ano de 2010, pois as aquisições essenciais, para que a empresa em termos operacionais*

desenvolva a sua actividade, já se encontram realizados bem como na maioria dos casos, amortizados na sua totalidade. -----

Desde logo, quero deixar aqui patente, um agradecimento sentido, a todos os colaboradores da Empresa Nova Mêda, os quais desenvolveram a sua actividade de uma forma exemplar, proporcionando ao Concelho provas desportivas e actividades culturais dignas de grandes Centros Urbanos.” ---

10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO – EXERCÍCIO DE 2009. -----

Presente à reunião, para apreciação e aprovação, os documentos de prestação de contas do Município referentes ao exercício de 2009. -----

Deliberado por unanimidade aprovar os documentos de prestação de contas relativas ao exercício económico de 2009 do Município de Mêda e remeter os mesmos à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Com declaração de voto do senhor Vereador João Mourato e do Senhor Presidente. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, João Mourato ditou para a acta a seguinte declaração: -----

“ O documento de prestação de contas, vulgarmente designado por Conta de Gerência, é um documento técnico, mas que torna visível a gestão do respectivo município, no ano económico a que se refere. -----

Verifico que: -----

- Esta é a conta com maior valor financeiro, sendo as receitas de 12.858.782,43, as despesas de investimento de 5.929.535,66 € as despesas corrente de 5.939.685,06, o que totaliza o valor global de 12.056.588,43 €.

- O movimento financeiro da autarquia, apesar da crise tem vindo a aumentar gradualmente: -----

2004 – 7.408.758,52 €; -----

2005 – 6.422.219,08 €; -----

2006 – 7.662.608,50 €; -----

2007 – 8.727.013,63 €; -----

2008 – 8.043.683,34 €; -----

2009 – 12.056.583,00 €; -----

A execução financeira atingiu a percentagem de 47,4%. -----

Sendo as despesas as despesas de investimento de 44,3% e de correntes 87%. -----

Quero sublinhar, como facto salientar a realidade financeira do município que continua a gozar de boas possibilidades para concretizar os seus investimentos e melhorar as condições de vida dos medenses, conforme transcrição: -----

“ 4.1.1.3 – Endividamento: A capacidade de endividamento do Município revela-se dentro dos limites, não constituindo qualquer tipo de limitações, facto impeditivo ao normal desenvolvimento das actividades municipais do concelho, tendo em conta as capacidades económicas e financeiras da autarquia”. -----

A conta de gerência é apresentada sem o parecer do respectivo auditor, Revisor Oficial de Contas, que tem por missão fiscalizar as mesmas, pelo que se torna necessário suprir essa deficiência, sob pena das contas não poderem ser apreciadas e votadas aqui e na Assembleia Municipal. -----

Quero, ainda, deixar um público louvor e reconhecimento aos funcionários da Secção de Contabilidade e Pocal pela forma profissional e correcta como apresentaram este documento. -----

Em conformidade com o que referi atrás voto a aprovação deste documento. -----

O Senhor Presidente ditou para a acta o seguinte: -----

O Senhor Vereador João Mourato diz que as receitas do Município no ano económico de 2009 foram de € 12.858.782,43 quando na verdade o total das receitas arrecadadas foi de € 12.059.792,43, conforme se pode verificar nas contas apresentadas. -----

É bom também lembrar ao Senhor Vereador que neste ano económico foi contraído um empréstimo de longo prazo no valor de € 3.905.000,00. Se subtrairmos este valor, o do empréstimo, às receitas arrecadadas verifica-se que o total das receitas deste ano seriam de € 8.154.972,43, o que significa que as receitas deste ano eram inferiores aos anos de 2007 e de 2008. -----

11 - INVENTÁRIO DE CADASTRO PATRIMONIAL. -----

Presente à reunião, para aprovação, o inventário e cadastro patrimonial do Município. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o documento e remeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal. -----

ADITAMENTO. -----

12 - MINUTA. -----

Presente à reunião, proposta do Senhor Presidente para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião. -----

Deliberado por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, para efeitos de cumprimento imediato. -----

13 - 3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL. -----

Presente à reunião, para ratificação, a 3ª alteração ao orçamento municipal, no valor de 52.400,00 euros (cinquenta e dois mil e quatrocentos euros) e a 3ª alteração às Actividades Mais Relevantes no valor de -52.400,00 euros. -----

Deliberado, por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente. --

14 – ALTERAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADL, EEM. -----

Presente à reunião, para aprovação, proposta de alteração ao conselho de administração da ADL, EEM. -----

Deliberado por unanimidade aprovar a nomeação, do Presidente do Conselho de Administração da empresas ADL, EEM, Jorge Fernando Paulino Ramos, para exercer o cargo a tempo inteiro e com funções executivas e com efeitos a 01 de Abril de 2010, conforme proposta. -----

Com declaração do Senhor Vereador João Mourato. -----

O Senhor Vereador do PPD/PSD, João Mourato ditou para a acta a seguinte declaração: -----

--- “ Esta deliberação vem ao encontro daquilo que tenho referido. O Presidente do Conselho de Administração da ADL deverá nos termos do novo estatuto do gestor público e da Lei empresarial do Sector público, exercer funções executivas (a tempo inteiro) pelo que me congratulo com esta decisão. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, da qual foi lavrada a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada, por todos os intervenientes. -----
